

**APORTES FILOSÓFICOS DE KARL MARX NA OBRA ANIMAIS RACIONAIS E
DEPENDENTES DE ALASDAIR MACINTYRE**

*KARL MARX'S PHILOSOPHICAL CONTRIBUTIONS IN THE WORK DEPENDENT
RATIONAL ANIMALS OF ALASDAIR MACINTYRE*

Jáder de Moura Fontenele¹

RESUMO: O livro *Animais Racionais e Dependentes* inaugura na filosofia macintyreana uma tendência mais acentuada da vertente tomista, por isso procurar aportes filosóficos de Marx nessa obra é uma proposta inovadora no Brasil, portanto este trabalho é uma apresentação inicial que pretende vir a contribuir com uma temática pouco discutida e aberta ao debate e questionamentos. Este trabalho visa por outro lado procurar vestígios de se há nesse livro uma influência de Karl Marx, tendo em vista que MacIntyre possui um passado onde houveram não somente trabalhos que citavam Marx, como também filiações marxistas desde sua juventude e que podem ou não, ter certa persistência no projeto do autor. Foi utilizada uma metodologia hermenêutica sobre a citada obra, bem como uma pesquisa bibliográfica nos trabalhos do filósofo e em alguns de seus comentadores.

Palavras-chave: MacIntyre; Karl Marx; Comunidade; Justiça.

ABSTRACT: The book *Dependent Rational Animals* inaugurates in Macintyrean philosophy a more pronounced tendency of the thomist side, so to look for Marx's philosophical contributions in this work is an innovative proposal in Brazil, so this work is an initial presentation that intends to contribute with a little theme discussed and open to debate and questioning. This work looks for traces of whether there is in this book an influence of Karl Marx, since MacIntyre has a past where there were not only works that cited Marx, but also Marxist affiliations since his youth and that may or may not have certain persistence in the author's project. A hermeneutic methodology was used on the mentioned work, as well as a bibliographical research in the works of the philosopher and in some of its commentators.

Keywords: MacIntyre; Karl Marx; Community; Justice.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPG-Fil) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Discente da UFPI. Bolsista CAPES. <http://lattes.cnpq.br/9834101718549347> . Endereço eletrônico: jader.fontenele@gmail.com . Telefone: (89) 99972-6659.

1. Considerações iniciais

Em *Animais Racionais e Dependentes: Por que os seres humanos precisam de virtudes (ARD)* não há uma dualidade entre natureza animal e natureza humana, a proposta é harmonizar e reeducar a natureza animal ou identidade animal que possuímos através das virtudes para que nos tornemos animais racionais, sociais e políticos, ou seja, raciocinadores práticos independentes. Todavia há uma distinção entre o ser humano regido pela tendência (*inclinatio*) meramente animal que quer a todo custo a satisfação de seus desejos biológicos, e o ser humano que educou seus desejos para poder viver em sociedade como animal racional político.

Na obra *Justiça de quem? Qual racionalidade?* MacIntyre (2001b) explica um ponto interessante entre a distinção entre essa atividade humana prática formada por diferentes modos de tendência ou inclinação. A primeira tendência é a de que “cada pessoa enquanto ser, a persistir nesse ser, tendência à autopreservação. Há a tendência, de cada pessoa enquanto animal, expressa na determinação de ter e educar filhos, a partir das formas da vida humana” (MACINTYRE, 2001b, p. 191). Essa tendência à autopreservação é algo próximo da vida animal, como de um ser que busca a sobrevivência como um fim em si mesmo, algo instintivo, sensorial, com uma tendência biológica de ter e educar os filhos.

O contrário é encontrado na segunda tendência: “E há a tendência, de cada pessoa enquanto ser racional e social, expressa na determinação de perseguir os bens racionais que incluem a busca do conhecimento e, acima de tudo, a busca do conhecimento de Deus” (MACINTYRE, 2001b, p. 191). Já nessa segunda posição, o ser humano é concebido como ser racional e social, cuja tendência é buscar os bens racionais (a busca do conhecimento e a busca do conhecimento de Deus) e não somente a satisfação dos desejos. Esta tendência racional-social é possível graças à ordenação das inclinações humanas via uma educação ético moral que pode possibilitar uma vida em comunidade e a persecução do bem comum junto com a persecução dos bens particulares.

MacIntyre (2001b) com base em São Tomás de Aquino explica que não é sempre que agimos de acordo com a primeira ou segunda tendência, o fato é que a maneira escolhida para educar nossas inclinações tornam-se padrões gerais de comportamento ordenados pela influência de uma destas tendências às quais nortearão nossas experiências

primárias da busca dos bens particularizados. Logo a inclinação racional-social é a melhor maneira para entrarmos num consenso de uma vida prático-comunitária que resolva seus conflitos pelo diálogo racional e através da educação ético-moral reeducarmos nossa inclinação meramente animal para uma vida em conjunto que busque o reconhecimento de nossa dependência frente aos outros para alcançarmos o florescimento. Segundo Izquierdo (2007) o conceito de florescimento em MacIntyre, desenvolvido na obra *Animais Racionais e Dependentes*, é essencial em sua concepção de homem (ser humano), para que o homem floresça é necessário que este desenvolva as faculdades características que possui enquanto membro dessa espécie. “Florescer significa desenvolver as faculdades próprias de um indivíduo como homem – neste caso –; ou, em outras palavras, como teria que viver o ser humano” (IZQUIERDO, 2007, p. 70).

Em *Animais Racionais e Dependentes* o escocês está consciente da não negação da primeira tendência enquanto valorização do corpo humano, como um corpo animal, é o que MacIntyre (2001c) chama de “dimensão corporal da existência” que para o filósofo escocês foi largamente esquecida pelas teorias filosóficas modernas. Tal falha de percepção impede reconhecer, por exemplo, que somos passíveis de incapacidades mentais ou físicas como qualquer outro animal pois nosso corpo também é vulnerável e suscetível de já ser gerado assim ou de vir a ser afligido por tais males, e que dependendo do grau de incapacidade esse ser humano ficará dependente de cuidados especiais temporários ou por toda a vida.

A crítica de MacIntyre (2001c) é que geralmente o homem entende-se como um ser livre dos perigos ou males que lhe possam sobrevir e que diferente dos animais ele acredita possuir todas as ferramentas para se proteger de tais infortúnios, mas essa é uma compreensão defeituosa de si mesmo, tal pensamento é reforçado por teorias liberais que tratam da distinção entre a espécie humana de outras espécies animais como na justificação da crença da racionalidade do ser humano como independente de sua animalidade, esquecendo assim que seu corpo e sua maneira de pensar sejam não pertencentes a uma espécie animal.

Barceló (2012) explica que em *Animais Racionais e Dependentes*, MacIntyre graças ao tomismo consegue uma melhor elucidação do problema da relação do ser humano com os outros animais do que com a teoria de Aristóteles, pois o reconhecimento da dependência humana é um vínculo também encontrado nos animais (seres que “dependem dos demais”) visto que entre eles encontram-se relações de cooperação.

O reconhecimento de nossa vulnerabilidade e condição animal-humana tão diferentes do *self* moderno está na questão da educação nas virtudes como necessárias para o

florescimento humano da condição animal (primeira tendência) até evoluir para um agente sócio-racional (segunda tendência), bem como na ideia de que as virtudes são necessárias para enfrentarmos as incapacidades e vulnerabilidades que nos cercam, sejam em nossas próprias vidas ou nos nossos familiares e amigos.

A proposta do filósofo escocês é tratar o ser humano sob uma visão holística e ontológica – como defenderam Aristóteles e São Tomás – e não em compartimentos isolados como a modernidade liberal e as ciências modernas o concebem, mas tal ótica também parece estar influenciada em algum grau por Karl Marx. Ao caracterizar a relação de Marx com David Ricardo e Adam Smith, MacIntyre (2007) relata que estes últimos tinham uma concepção econômica estreita e viam a sociedade como um sistema econômico total onde cada homem fazia sua parte cooperando para chegarem a um resultado comum. Já Marx, insistia em ver as classes sociais não num esquema puramente teórico, mas enquanto realidades sociais como categorias de seres humanos com intenções brotando não somente do papel às quais pertencem no sistema econômico, mas sobretudo de sua natureza humana total.

Segundo MacIntyre (2007) Marx viu o conflito entre as classes sociais e não uma cooperação entre as classes trabalhando por um produto comum, ele percebeu isso negando a separação entre o homem político ou o econômico do homem social e por ter identificado nos conflitos de interesses que a auto-descrição impregnada pelas formas sociais burguesas e liberais escondiam mediante um simulacro a existência de um interesse comum dominante pois esse interesse era na verdade alheio às realidades sociais contingentes. “Não obstante, Marx estava fundamentalmente certo ao ver o conflito, e não o consenso, no âmago da estrutura social moderna” (MACINTYRE, 2001a, p. 423). Tal concepção pode ter possibilitado ao filósofo escocês uma abertura para análises mais profundas ao ponto de trabalhar questões como admissão da vulnerabilidade humana não somente em termos animais, mas político e econômico também. O ser humano para MacIntyre, segundo Izquierdo (2007) não é um ser estático, mas um ser que deve fazer-se, desenvolver-se, ou seja, um ser que floresce.

MacIntyre (2001c) não considera como única dificuldade para o reconhecimento da vulnerabilidade e da dependência o fato do esquecimento da condição animal do ser humano, para ele a concepção moderna de auto-suficiência humana também prejudica esse reconhecimento. Para exemplificar isso ele cita Aristóteles e a figura do magnânimo (*megalopsychos*) símbolo da virtude masculina aristotélica que se desagrada em ter de reconhecer qualquer tipo de ajuda recebida, pois é próprio do ser superior ajudar e do inferior recebê-la:

O magnânimo é capaz de fazer o bem a outrem, mas já lhe é difícil ser beneficiado por outrem. Porquanto, a primeira possibilidade é marca de superioridade, mas a segunda de inferioridade. Na verdade, retribui os serviços que lhe tiverem sido prestados com benefícios ainda maiores, porque assim quem primeiramente lhe concedeu o benefício é quem passa a ficar seu devedor, isto é, passa a ser o beneficiado. Parecem também ter uma boa memória para benefícios dados, mas não para benefícios recebidos (ser beneficiado é inferior a beneficiar, e o magnânimo quer ser superior), e é capaz de ouvir falar dos primeiros de bom grado, mas com desgosto dos segundos (ARISTÓTELES, 2009, p. 92).

A crítica é que tais pessoas por se considerarem superiores em sua auto-suficiência não poderão reconhecer a dependência que podem vir a precisar dos demais, assim o próprio Aristóteles foi incapaz de reconhecer de certo modo o papel da aflição e da dependência como uma característica da vida eminentemente humana.

Acerca do ser humano, sua animalidade e vulnerabilidade, MacIntyre (2001c) expõe três teses basilares em *Animais Racionais e Dependentes*. A primeira tese trata da existência de traços e semelhanças compartilhadas entre o ser humano e outras espécies animais inteligentes. Tais similaridades são explicadas pelo próprio autor com base na transição entre um animal potencialmente racional para um animal efetivamente racional:

O primeiro passo desta transição acontece quando uma criança é capaz de tomar em consideração a sugestão de que o bem para o que de fato lhe orienta sua natureza animal é inferior a algum outro bem alternativo de modo que este último bem lhe proporciona uma razão melhor para atuar, em comparação com o bem que até então havia perseguido. E isto só é possível se existe, com efeito, algum bem que já estava perseguindo, um bem que lhe tinha proporcionado uma razão para atuar. Igual aos golfinhos, os bebês da espécie humana têm razões pré-linguísticas para atuar, e a complexidade das relações entre os bens que buscam e os meios aos quais recorrem para consegui-los é equiparável a que se manifesta nos golfinhos; mas vão mais além do raciocínio típico do golfinho quando são capazes de refletir e julgar as razões que lhe tenham orientado até esse momento (MACINTYRE, 2001c, p. 75).

MacIntyre destaca o exemplo que nas primeiras atividades infantis e mesmo nas posteriores o ser humano apresenta características similares a de certos animais inteligentes, apesar do homem superá-lo em algumas das limitações daqueles o homem nunca se separa definitivamente do que tem em comum com estes, a saber, o caráter de sua identidade.

Não é só a questão de que o corpo humano seja um corpo animal com a identidade e a consistência de um corpo animal, como já temos dito. A identidade humana é fundamentalmente corporal (ainda que não só corporal) e é, portanto, identidade animal; a consistência das relações com os demais em parte define-se com respeito a essa identidade animal (MACINTYRE, 2001c, p. 23).

Na segunda tese é apresentada a necessidade moral que há em reconhecer a vulnerabilidade e o sofrimento humanos como requisitos para o florescimento humano. Questão essa que para MacIntyre não pôde ser observada pela filosofia moral devido à valorização da auto-suficiência humana. Nessa tese o destaque recai sobre as virtudes do reconhecimento da dependência sem as quais não é possível praticar corretamente as virtudes da atuação racional independente, nem entender as características da atuação racional. Essas virtudes do reconhecimento da dependência são essenciais para efetivar as potencialidades peculiares do animal racional humano.

A terceira tese elenca que o Estado-nação e a família moderna não podem apresentar a classe de associação social e política que será necessária para desenvolver as relações sociais comunitárias, o bem comum, a comunicação das virtudes da independência racional e do reconhecimento da dependência.

Essas teses constituem umas das principais problematizações discutidas em *Animais Racionais e Dependentes* (ARD) e que dão a esta obra sua singularidade com relação aos livros anteriores devido sua base teórica estar em Aristóteles e principalmente em São Tomás de Aquino. Tendo exposto esse breve resumo, é necessário perguntar-se se há algum traço de possibilidade em haver nas obras anteriores do escocês influências de Karl Marx para o desenvolvimento desse giro biológico que desemboca em *ARD*, o giro biológico aqui está no sentido da concepção macintyreana do reconhecimento da animalidade humana, porém, devido ao objetivo do trabalho é necessário procurar isso em uma antiga vertente muito singular em MacIntyre, em sua visão de Marx e do marxismo.

2. A hipótese de uma influência embrionária em Karl Marx quanto ao reconhecimento da identidade animal

Com relação ao reconhecimento da identidade animal, é necessário fazer alusão ao que pode ser uma gênese em potência desse pensamento no filósofo escocês, destaco aqui a obra *Marxismo e Cristianismo* de 1995. Nessa obra MacIntyre mostra sua erudição em Marx ao citar que por volta de 1844, Marx possuía os materiais necessários para elaborar sua própria filosofia da história e que nesse mesmo ano em uma dessas tentativas há um ensaio intitulado *Economia nacional e filosofia*, com base no qual MacIntyre analisando-o diz que para Marx a mercadoria não só era produzida pelo trabalho, mas que o trabalho também ao criá-la havia tornado o homem uma mercadoria, um objeto, e com isso alienara-se de si mesmo enquanto ser humano. Com isso a vida humana fica descaracterizada de sua humanidade essencial, viver passa a ser uma subsistência biológica que precisa do trabalho

para adquirir bens para a subsistência física. Essa objetivação em função do trabalho alienou o homem de uma vida verdadeiramente humana e conseqüentemente de sua identidade humana.

Aproveitando a data do ensaio, observa-se que 1844 foi um ano muito importante para a filosofia de Marx, Raymond Aron renomado estudioso marxista comenta que no final de 1844 e início de 1845 tinha-se iniciado um estágio crítico do pensamento de Marx, conforme é notável nas proposições de Aron (2005) relativas a este período da filosofia marxista:

1º) O homem é um ser sensível, natural e ativo. Ele é parte da natureza. Não se define como consciência de si, mas como um animal ou ser social, criador de si mesmo na e pela história.

2º) O homem que se cria a si mesmo em e pela história está hoje ainda perdido, isto é, os objetos que criou e que deve criar o mantém, por assim dizer, prisioneiro. Ele se tornou estranho a si mesmo em um universo que é criação e é necessária uma revolução para que ele reintegre as riquezas que materializou (ARON, 2005, p. 196).

“Ao ver sua vida como um objeto, como uma mercadoria – trabalho –, o homem se converte em um ser reflexivo, e não meramente instintivo” (MACINTYRE, 2007, p. 67). Ao que parece o homem alienado se acostumou em sua passividade e aceitação da história que o levou à perda de sua natureza humana em seu aspecto sensível, natural e racional. A alienação diante da dominação era o *ethos* necessário para ser um bom trabalhador que mais parecia uma engrenagem do sistema de produção burguês do que um ser humano, lembremos ainda que o meio em que o trabalhador vivia era desumano e quase sem nenhuma segurança. Amontoados em fábricas, minas, os trabalhadores tinham que se sujeitar a atividades laborais em meio a péssimas condições de vida, longas e exaustivas jornadas de trabalho, com isso as forças detentoras dos meios de produção impunham uma realidade artificial ao homem e o retorno à sua humanidade essencial só seria viável segundo o que Marx proporia anos mais tarde, após uma revolução socialista.

Retomando o estudo de MacIntyre referente ao ensaio de Marx, chega-se a uma séria constatação, a de que “o animal possui uma unidade imediata com seu próprio ato de viver. Não se diferencia de si mesmo. É ele mesmo. O homem faz de seu mesmo ato de viver um objeto de sua vontade e de sua consciência” (MACINTYRE, 2007, p. 67), isso evidencia em primeiro lugar uma comparação do animal com o homem, o primeiro em unidade consigo mesmo e com seu meio natural, ao contrário do homem que estava cindido, seu ato natural humano de viver era agora reduzido aos desejos fisiológicos (“objeto de sua vontade”) de sobrevivência física aliada a uma consciência alienada de si mesmo e de seu

meio. Tal quadro se parece muito com a primeira tendência da atividade humana proposta por MacIntyre na qual a vida está ligada à autopreservação e satisfação das necessidades fisiológicas.

A questão aqui não é provar que Marx também possuía uma visão de animalidade-humana como a do escocês, mas refletir sobre a viabilidade de um possível paralelo como um início de uma problematização detectada por Marx, mas não resolvida por ele, mesmo por que o pensamento que MacIntyre utiliza em *ARD* é essencialmente de tradição aristotélico-tomista, mas devido aos longos anos de filiação ao marxismo faz-se necessário observar nesse naturalismo antropológico de Marx como uma possibilidade de influência uma vez que Marx tinha comparado, segundo a análise do próprio escocês que o animal na analogia destacada estava “inteiro em seu ser” mas o homem perdera essa concepção de si por causa da alienação imposta pela divisão do trabalho e suas consequências desumanizadoras como a divisão das classes e a concorrência animalesca entre os homens pela sobrevivência biológica diante da mercantilização da vida.

Parafraseando Marx, MacIntyre diz que “em sua simplicidade mais primitiva, o homem é, todavia, em grande parte, em sua vida social, um animal. Mas então intervém a divisão do trabalho para jogá-lo no mesmo papel que jogou o pecado original na teologia cristã” (MACINTYRE, 2007, p. 78). Na concepção macintyreana de Marx a divisão do trabalho deu origem às primeiras separações reais na comunidade onde o homem tem que necessariamente desempenhar um papel que supra primeiramente a exigência da comunidade e em segundo plano sua própria necessidade. Um pescador ou pastor de ovelhas por exemplo, receberá da comunidade uma renda e valorização muito menor do que a de um dono de fábrica ou de um banqueiro, assim ele exercerá um papel social na comunidade, mas em troca recebe só a manutenção física para sua existência. MacIntyre (2007) cita que esta será a primeira vez que se instaura um conflito de interesses entre o trabalhador e a comunidade. A comunidade transformara-se numa forma política de coação do indivíduo, como pode ser visto a seguir:

O sistema de produção e intercâmbio assim criado não é, por suposto, uma associação voluntária; é o resultado natural do intento do homem de satisfazer suas necessidades. Mas, já que a sociedade não é uma associação voluntária, necessariamente aparece ante os indivíduos como um poder estranho (MACINTYRE, 2007, p. 78).

Devido aos efeitos da divisão do trabalho e da alienação do trabalhador, MacIntyre (2007) pontua que Marx constrói um sistema político onde seria necessária a extinção da sociedade como instrumento de poder egoísta do indivíduo burguês, para tanto seria preciso que a maioria do povo ficasse sem propriedades e que a produtividade alcançasse um patamar em que todas as necessidades pudessem ser satisfeitas facilmente. Tal socialização evitaria a exploração e pacificaria a luta de classes. Mas ainda há algo a se dizer com base em Marx referente a sua teoria de divisão do trabalho:

Com efeito, a partir do instante em que o trabalho começa a ser dividido, cada um tem uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual ele não pode fugir; ele é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deverá permanecer assim se não quiser perder seus meios de sobrevivência; ao passo que na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico (MARX & ENGELS, 2007, p. 28-29).

Esse agir independente, livre de papéis sociais e ao bel prazer, evidencia uma estrutura social sem um *telos* ou bem comum a perseguir, bem como uma ausência de uma moral e racionalidade compartilhada, esses e outros fatores incomodam MacIntyre pois esse seria um típico ‘eu liberal’ marcado pelo emotivismo, onde o dissenso e a ausência de um bem comum acabariam por inviabilizar uma vida racional-social compartilhada numa sociedade tal como idealizada por Marx. Mas de qualquer forma, fica a influência marxista da crítica ao egoísmo, da mercantilização da vida e dos motivos originadores do conflito e da dominação de uma classe por outra. Para MacIntyre a questão vai além de uma socialização de bens – neutralizada obviamente pelo *ethos* liberal – buscando ir ao âmago do problema, o de tratar o ser humano por dentro, em seus vícios e desejos primitivos que acabam por contaminar qualquer estrutura social, política e econômica, o filósofo escocês proporá uma educação pautada nas virtudes e numa comunidade voltada para a busca do florescimento, mas esse já é um outro assunto, onde inclusive a conceito de justiça dessa comunidade aborda os critérios de justiça de Marx tal como ele expôs em *Crítica ao programa de Gotha*. Dessa forma, alguns aportes filosóficos de Marx permanecem em pontos estruturais da filosofia do escocês, inclusive na obra em que ele esboçou sua teoria da comunidade.

3. Considerações finais

A dificuldade em reconhecer tacitamente a relação entre a identidade animal e humana em Marx embora haja vestígios embrionários em sua filosofia, é devido a influência liberal que o permeou e o impossibilitou de ver o aspecto do reconhecimento da dependência humana das virtudes para o florescimento humano. Mas de toda maneira, para MacIntyre, Marx viu a cisão entre o homem e o seu meio natural e a mudança causada pela privação de si mesmo como homem natural, para um homem mecânico, um trabalhador lutando diariamente pela subsistência física e incapaz de um florescimento devido ao meio social em que vive. Como MacIntyre propõe que a origem do raciocinador prático independente vem mediante uma formação teórica e prática pela educação ético-moral com base nas virtudes, sua privação gera o tipo de indivíduo que Marx analisara e quisera emancipar, um ser alienado pela ideologia liberal do dominador burguês em um mundo dividido em classes.

Graças à divisão social do trabalho foram abolidos os laços sociais comunitários que impedem a rede de reciprocidade se desenvolver, com isso o homem é incapaz de ser um animal político (*zoon politikon*) para ser um mero agente de produção, um homem desumanizado, uma coisa. MacIntyre observando tal realidade faz uma séria constatação de que “pertence a natureza da sociedade capitalista o privar cada vez mais do homem uma vida essencialmente humana” (MACINTYRE, 2007, p. 70). Assim através da visão de Marx parece haver vestígios de que o escocês entendeu que o capitalismo, como um dos agentes do liberalismo, impôs uma existência à classe operária de busca pela mera satisfação das necessidades fisiológicas, ou seja, para a primeira tendência ou inclinação humana.

Em *Animais Racionais e Dependentes* a proposta macintyreana é apresentar uma esboço de comunidade como um espaço onde o ser humano possa se abrigar para construir um lugar em que o poder econômico não seja uma determinante absoluta, onde o Estado não seja o único centro de decisão política para uma massa de sujeitos passivos, onde o emotivismo individualista não oponha homem contra homem na busca dos bens individuais por causa da ausência de um bem comum compartilhado, mas um refúgio onde o agir prático racional permeado pelas virtudes do reconhecimento da dependência guiem o ser humano para além da emancipação sócio-política ou ideológica. Assim Marx pode ter sido um importante vetor para MacIntyre entender a relação entre a desumanização e o capital, embora deva ser destacado que em grande parte da compreensão da identidade animal e humana tem

por base uma larga influência de Aristóteles e principalmente em Tomás de Aquino na filosofia do escocês é necessário haver mais estudos nessa segunda tendência de cunho sócio-racional para entender melhor a estrutura da comunidade teorizada por MacIntyre e sua complexa teia simbiótica tal como expostas em *Animais Racionais e Dependentes*.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Antônio C. Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Editora ARX, 2005.
- BARCELÓ, Rafael Ramis. *Derecho natural, historia y razones para actuar: La contribución de Alasdair MacIntyre al pensamiento jurídico*. Madrid: Editorial Dykinson, 2012.
- IZQUIERDO, David Lorenzo. *Comunitarismo contra Individualismo: Una Revisión de los valores de Occidente desde el pensamiento de Alasdair MacIntyre*. Barcelona: Aranzadi, 2007.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude: Um estudo em teoria moral*. Bauru: EDUSC, 2001a.
- _____. *Justiça de Quem? Qual Racionalidade?*. São Paulo: Loyola, 2001b.
- _____. *Animales Racionales y dependientes: Por qué los seres humanos necesitamos las virtudes*. Trad. Beatriz Murguía. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001c.
- _____. *Marxismo y cristianismo*. Granada: Editorial Nuevo Inicio, 2007.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.